ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 014 DO CMDCA GESTÃO 2022 A 2024

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 09h, se reuniram presencialmente, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), sito a Av. União das Américas - nº 380 – Jardim Aruan, Caraguatatuba/SP, os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Caraguatatuba para Reunião Ordinária do Colegiado estando presentes os seguintes Conselheiros: Cíntia Aparecida Fernandes Alves, Ceci Oliveira Penteado, Uriel Alexandre Bonafé, Iara Freire da Costa, Adriano Cruz, Rúbia de Freitas Silveira Duhau, José do Carmo Salles Junior, Aline Rodrigues Alves Ciaca, Maia Soares Bisan, Gilson de Souza Cassiano, Dorly de Oliveira Filho, Maria Tereza Daniel Santo Alves Araújo, Fernanda Barretos dos Santos, Mário Vinícius A. Vitório, Luciane de Fátima Dias da Silva, Adriene Norma Viviani Oliveira, Gisele Cristiane de Freitas e Roberta Maria Bernardini de Castro. Justificaram suas presenças os Conselheiros: Cíntia Yara Silva Barbosa, Isabella Ferreira Antunes de Camargo, Zilda Aparecida Melo, Maísa Nascimento de Oliveira Silva, Alexandra Freitas de Matos, Ediline A. Boytchuk do Nascimento, Sueli Araújo e Ana Cláudia Ferreira de Oliveira. Presente o Sr. Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo do CMDCA. Presentes também como convidadas da Presidente as Conselheiras Tutelares Paula Fernandes Pereira e Paula Vanessa Alves Silva Basílio Quirino. Verificando a existência de quórum suficiente para início da reunião, a Presidente do CMDCA, Sra. Cíntia Aparecida Fernandes Alves deu as boas-vindas aos presentes, disse que os objetivos estão sendo alcançadas enquanto CMDCA para implantação de políticas públicas. Que a **primeira pauta** trata do **Imposto de Renda e Regularização do FMDCA (FIA)**. A Presidente relembrou que em reuniões anteriores já havia informado de que desde que assumiu a presidência do CMDCA em dois mil e dezoito foi percebido que nos documentos do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caraguatatuba (FMDCA) aparecia com sua conta bancária irregular ou conta bancária inconsistente. Que eram feitas campanhas do imposto de renda, havia saldo em conta, mas a mensagem era sempre de que a conta do FMDCA estava irregular. Que buscou informação com a Dra. Márcia, Procuradora da época e ela fez a regularização, no entanto, os valores captados do imposto de renda não chegavam ao FMDCA devido a este problema junto ao CONANDA e Receita Federal. Que pelo que apurou este problema vem desde o ano de dois mil e quatorze quando nasceu a lei de criação do CNPJ do FMDCA que desvinculou os valores do fundo que até então estavam em poder da prefeitura. Que conseguiu uma data, foi até a Receita Federal e descobriu que o problema era os nomes dos presidentes colocados no CONANDA e na R. F. Que em dois mil e vinte não foi possível corrigir o problema devido ao Covid, que em dois mil e vinte e um também não foi possível regularizar e que em dois mil e vinte e dois, após uma reunião do CONANDA em que esteve presente para tratar do problema de enchentes, entrou em contato com o Presidente do CONANDA e solicitou a regularização da inconsistência que havia entre as informações dos dois órgãos. Que o problema agora está definitivamente resolvido. Que após dois mil e quatorze é a primeira vez que o CMDCA aparece no CONANDA e Receita Federal como domicílio bancário existente e positivo. Que o presidente da R. F. ligou para Presidente do CMDCA e todos os valores que estavam pendentes de depósitos foram creditados para o FMDCA. No **segundo assunto da pauta** foi tratado sobre os **valores nas contas bancárias do FMDCA (FIA)**. A Presidente solicitou ao Secretário Executivo a leitura dos valores nas contas bancárias do FMDCA. Com a palavra o Sr. Luiz Gustavo disse que na primeira conta

bancária com final número 30.844-7, o saldo era de R$ 973.683,54 (novecentos e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centávos). Que foram recebidos nesta conta nove depósitos que totalizaram o valor de R$ 192.638,72 (cento e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e setenta e dois centávos), sendo que o saldo atualizado desta conta bancária é de R$ 1.169.595,43 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centávos). Que o extrato trazido pelo Conselho José do Carmo Salles Junior é do dia dez de março de dois mil e vinte e três. Que há uma segunda conta bancária do FMDCA cujo número é 30.843-9 e esta conta está com o valor destinado para pagamento do veículo, conforme já explicado pela Presidente em reuniões anteriores. Ainda com a palavra o Secretário Executivo informou que nesta conta bancária havia o valor de R$ 98.849,05 (noventa e oito mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centávos). Que como se trata de valores aplicados houve rendimento no período e o total atualizado no dia dez de março do ano corrente é de R$ 100.477,98 (cem mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centávos). A Sra. Cíntia retomou a palavra e disse no final de semana passou dialogando com o Conselheiro Dorly da Comissão de Finanças do CMDCA para tratar de ampliar a rede de divulgação da campanha de restituição do imposto de renda para o FMDCA. Disse a Presidente que em conversa com a Conselheira Ediline da Secretaria de Planejamento ela explicou que não será necessária a suplementação. Que já foram liberadas as fichas solicitadas em fevereiro, conforme passado neste Colegiado e os pedidos já podem ter andamento. Que caso necessitemos, a qualquer tempo poderá ser feita a suplementação. Mas, que neste momento não precisaremos suplementar. Que a ideia é deixar esses valores para o próximo ano para uso em capacitação, chamamento público e demais atividades. O Conselheiro Dorly desejou saber desde quando esses valores estão sendo captados, ao que a Presidente respondeu que desde o ano de dois mil e quatorze. A Presidente solicitou ao Secretário Executivo que fizesse a leitura dos valores captados desde o ano de dois mil e quatorze até o ano de dois mil e vinte e dois. Após a leitura a Sra. Cíntia disse que partimos da captação inicial de sete mil reais para trinta e três mil reais e isso demonstra a importância da campanha de conscientização. Que no site do CONANDA é possível visualizar o potencial de arrecadação de cada município que realiza a campanha e no caso de Caraguatatuba o potencial é de dois milhões e setecentos mil reais, considerando que apenas dez porcento da população da cidade faça a destinação dos valores para o FMDCA. A Presidente recordou a importância da divulgação do vídeo e o Conselheiro José Salles sugeriu que o CMDCA faça um cartaz que possa ser colocado na prefeitura. A Conselheira Maria Tereza sugeriu de fazer campanha explicativa com os servidores nas secretarias. A Presidente falou da reunião que está articulando com o Conselheiro Dorly na Associação de Contadores, bem como da conversa que teve com a Coordenadora do curso de Contabilidade na faculdade Módulo para que ela disponibilize alunos que fiquem em locais definidos pelo CMDCA, fazendo a declaração do imposto de renda para as pessoas e orientando-as sobre a destinação. Que se este Colegiado aprovar, pedirá um espaço na tribuna da Câmara Municipal para falar desse assunto e chamar a atenção da população. Que isso é fazer política pública e garantir direitos. Que o governo federal não fala disso porque para ele é interessante que o valor fique na esfera federal. A Conselheira Maia Bisan desejou saber se é possível fazer a divulgação em rádios, ao que a Presidente respondeu que no ano passado não houve interesse, que é uma pauta que não há engajamento no rádio, mas disse que irá tentar. A Conselheira Gisele Freitas falou da divulgação dentro da comunidade interna do seu local de trabalho e a Sra. Cíntia disse que o vídeo do leãozinho foi para edição e tão logo esteja pronta, vaio disponibilizar para todos no grupo. Que quanto ao cartaz sugerido pelo Sr. José Salles, não fez o pedido de compras devido à demora que há

para confecção dos mesmos, correndo o risco de chegarem depois da campanha. A Conselheira Roberta Castro sugeriu que a Presidente disponibilize a arte do cartaz e que os Conselheiros façam as impressões em sulfite para colocar ao menos em seus ambientes de trabalho. Insistiu a Presidente e a Conselheira Adriene que as redes sociais tem mais atenção da população e por isso a informação por esses meios chega mais rápido. A Sra. Cíntia disse que os Conselheiros tem obrigação de saber orientar, de conhecer o vídeo e desejou saber quem dos Membros presentes destinou no último imposto de renda, valores para o FMDCA. Antes de encerrar este assunto a Presidente falou dos leõezinhos para colocar nas portas que foram feitos para campanha de dois mil e dezenove e até hoje estão na Casa dos Conselhos para doação aos que destinarem os valores para o Fundo. Seguidamente **entrou em pauta** o **terceiro assunto** que trata do **Evento dos 33 anos do ECA.** A Presidente iniciou o assunto falando que o Presidente do CONANDA, Dr. Ariel, aceitou vir palestrar no período da tarde do evento. Que na parte da manhã será o Dr. Murillo José Digiácomo e na parte da tarde o Dra. Ariel. Que deixaremos o Dr. Fausto ficará para uma próxima oportunidade. Que propõe ao Colegiado que convidemos editoras para participar do evento e possam expor seus materiais infantis em estandes. Que sugere também estandes para as Entidades da cidade, haja vista que o Teatro Mário Covas é grande na parte da entrada e ficaria interessante a colocação desses estandes. Que pensou sobre a possibilidade do café ser vendido no local. Que deseja ter espaço para vendas no local e sugeriu de falar com a Associação Comercial para disponibilizar espaços de comércio na parte de fora do teatro. Que pensou nesse sentido para que tenha venda não apenas de café, mas de almoço e lanche. Que não pensa em ter momento cultural durante esse dia para poder aproveitar bem os palestrantes. Que os dois palestrantes estão disponibilizando uma hora de palestra e mais uma hora para perguntas que eles responderão à plateia. Que está vendo com a equipe de comunicação para que no ato da inscrição a pessoa já encaminhe a sua pergunta que será encaminhada aos palestrantes e respondida no evento. Que também nos estantes as pessoas poderiam entregar suas perguntas. A Sra. Cíntia propôs ao Colegiado a confecção de camisetas para o Colegiado. A proposta de camisetas somente para os membros do CMDCA foi aprovada por unanimidade dos presentes. A Conselheira Fernanda Barretos sugeriu fazer um concurso municipal para coleta de sugestões da arte da camiseta. Disse a Presidente que isso é possível, mas não pode haver demora, pois para o pedido de compras é necessário que a arte esteja pronta. A Conselheira Maria Tereza falou da importância sobre isso para as escolas e a Presidente disse que falará sobre isso com a Secretária de Comunicação. Que também tem um sonho de fazer o exemplar do ECA tendo no final os telefones importantes do município e o Fluxo da Criança e do Adolescente. A Conselheira Fernanda Barretos falou do quanto isso é importante para a rede escolar do município e destacou o valor que terá o exemplar do ECA nas escolas. O Conselheiro José Salles desejou saber no caso do concurso da arte da camiseta, qual será o prêmio receberá o vencedor da arte. Em resposta a Conselheira Fernanda Barretos sugeriu que a criança vencedora seja convidada a compor a mesa com os palestrantes no dia do evento. A Presidente sugeriu como presente que o CMDCA autorize com recursos do Fundo a compra de uma bicicleta para criança vencedora. Que também pode ser um voucher no valor máximo de R$ 200,00 (duzentos reais) para que a criança vencedora gaste em uma papelaria. Retomando a palavra a Conselheira Fernanda sugeriu que seja feito em um dos espaços do saguão do Teatro Mário Covas uma exposição com os desenhos das crianças que participarem do concurso da arte da camiseta. O Conselheiro Mário Vinicius pediu a palavra para solicitar que os alunos da APAE também participem do concurso de desenhos. A Conselheira Adriene falou da importância de se definir a faixa etária das crianças que participarão do concurso. Com a palavra a Conselheira Maria Tereza desejou saber

sobre a abertura do evento, ao que a Presidente do CMDCA disse que ainda está elaborando. A Conselheira Luciene Dias sugeriu para abertura do evento uma música, objetiva, curta, breve, que traga leveza antes das palestras e aprovou a sugestão do concurso. O Conselheiro Uriel sugeriu o rap do ECA como música de abertura e que foi criado pelas crianças da Casa Beija-Flor. A Conselheira Ceci Penteado contribui falando sobre sua experiência neste tipo de evento pela Secretaria Municipal de Saúde e a Presidente retomou a palavra definindo que o tempo de apresentações no início do evento será de quinze minutos, com o rap do ECA. A Sra. Cíntia falou ainda a respeito das setecentas vagas destinadas à rede de proteção, do tempo que precisa ser aproveitado com os palestrantes e que não é possível fazer várias apresentações culturais no evento. A Conselheira Maria Tereza sugeriu a apresentação de dança com crianças da APAE, apresentação de vídeos de crianças do município em situações reais e a Presidente falou de chamadas ao vivo com crianças durante o evento. Seguidamente foi **pautado o terceiro assunto** que trata de **documento recebido da Casa de Acolhida de Caraguatatuba**. Com a palavra, disse a Presidente que recebeu um documento da Casa de Acolhida do município informando que atualmente são duas casas que acolhem as nossas crianças e adolescentes, sendo que uma delas está passando por uma regularização e a outra casa tem capacidade máxima para vinte crianças e está com vinte e seis. A Conselheira Iara Freire, Guardiã da Casa de Acolhida, disse que uma vaga fica destinada para busca e apreensão da Vara da Infância. Que ela precisa ficar reservada para utilização de urgência. A convidada, Conselheira Tutelar Paula Fernandes falou que que estão fazendo o possível para não ter que fazer acolhimentos, mas as vezes não é possível. Que antes de vir para essa reunião havia um caso em andamento desde a tarde do dia anterior e um outro caso gravíssimo na manhã de hoje. A Conselheira Roberta Castro falou dos casos gravíssimos que passam pelas mãos do Conselho Tutelar. Retomando a palavra a Presidente do CMDCA disse que precisa deixar claro a necessidade de capacitação para os membros deste Colegiado, que vai pedir o apoio da Conselheira Luciane Dias e que precisamos entender que quando chega no estágio do acolhimento é um sinal claro de que a rede de proteção está doente. Que isso é grave e se faz necessário detectar onde é que a rede de proteção está falhando a ponto de gerar o acolhimento. A Conselheira Roberta destacou sobre o Fluxo de Atendimento no município e sobre estranhos que são atendidos em nossa cidade e acabam por aumentar os números ao que disse a Presidente que o problema está na proteção social básica de todos os atores da rede de proteção. A Conselheira Iara Freire explicou que o número de ocorrências envolvendo crianças e adolescentes até pode aumentar e isso não é anormal, mas o que não pode crescer é o número de acolhimentos. A Conselheira Tutelar Paula Fernandes disse que quando o caso chega ao C. T e resulta em acolhimento é porque se chegou ao ponto onde não há mais o que ser feito. No entanto, disse que as vezes o professor na sala de aula, no primeiro sinal que teve deveria ter preenchido a ficha SINAN, mas não o fez; a Saúde e Social também não fazem a referida ficha e se observa que o número de ocorrências vem aumentando, mas os de profissionais para lidar com tais situações não aumenta e deu como exemplo o PROTEGE, dizendo que o órgão está sobrecarregado em sua demanda de atendimento. Que pelo que tem verificado, quando não se trata de casos de violência sexual, os mesmos são de problemas de saúde mental. Que muitas vezes está se acolhendo porque o pai e a mãe não aguentam mais a situação mental da criança e do adolescente. A Conselheira Ceci Penteado disse que sem proteção básica eficiente não é possível dar conta da demanda e que são cerca de vinte e cinco fichas SINAN preenchidas diariamente. Disse a Conselheira Roberta que atualmente são vinte e três mil alunos na rede escolar. Retomando a palavra a Sra. Cíntia disse que não podemos pessoalizar ou trazer para Secretaria de Desenvolvimento Social uma responsabilidade

que é coletiva. Que enquanto CMDCA precisamos trabalhar pelo coletivo. Que sua proposta ao Colegiado é que saia desta reunião uma Comissão para montar uma capacitação, mas independente da capacitação que teremos em novembro para os novos Conselheiros Tutelares, que se consiga elaborar uma capacitação nos mesmos moldes que os C. Ts., mas dirigida a toda rede de proteção e que cada seguimento apresente seu papel, sua política, culminando naquilo que deve ser a articulação de toda rede de proteção. Que não adianta trazermos pessoas de fora para falar de um papel que é nosso. Que é preciso rever o Fluxo que foi criado, verificar onde estamos falhando e se temos falta de recursos humanos é necessário cobrar o município. Que nosso papel é o desenvolvimento da política pública enquanto Conselho de Direitos e para isso é necessário identificar as falhas. A Conselheira Tutelar Paula Fernandes falou do questionário do CMDCA, disse dos indicativos do C. T., sobre atendimentos do CAPS AD, pois observa-se que se trata da falta de psiquiatras e mencionou sobre a confecção de um documento do C. T. para o CMDCA tratando desses números de atendimentos. Que desejam ajudar, mas atualmente o C. T. está enxugando gelo e deu como exemplo um menor que está na Casa de Acolhida, mas seu problema é drogadição. A Conselheira Iara falou do menor em questão, disse que ele se encontra em uma casa de recuperação, que ao sair deverá estar perto de completar dezoito anos, que tem vínculo afetivo com a mãe e que a situação da família é de extrema pobreza. Com a palavra a Conselheira Luciane Dias disse entender que os acolhimentos aumentaram, mas destacou a necessidade da proteção básica, a atenção básica e as escolas públicas precisam trabalhar em conjunto. Que não se trata apenas de sensibilização, mas de admitir que se não há política pública, não haverá solução. Que há necessidade de ser feito um trabalho técnico que conheça as famílias e entenda as necessidades das mesmas. Que a ausência de recursos também dificulta e muito o desenvolvimento das políticas públicas. Que a questão do CAPS AD é muito mais profunda do que parece e envolve a questão financeira. A Conselheira Iara Freire contribuiu dizendo sobre a questão cultural da pessoa em relação ao local em que ela reside e as necessidades que as mesmas possuem e sequer utilizam transporte público, por exemplo. A Sra. Paula Pereira recordou de pessoas caiçaras que não calçam sapatos e a Conselheira Luciane Dias disse que a ficha SINAN ainda é banalizada em muitos lugares, embora se tenha feito várias capacitações, sendo necessário que toda rede de proteção tenha um mesmo discurso quando se trata desse assunto. A Presidente Cíntia Alves disse que há uma cartilha sobre o uso da ficha SINAN, mas os gestores precisam estar atentos e se os dados não chegam para o CMDCA, não há o que ser feito por parte deste Colegiado. Que foi feito um documento sério que é o questionário enviado pelo CMDCA e mesmo assim as respostas não estão chegando. Que aqueles que executam o serviço precisam dar as respostas e é necessário cobrar de forma correta e coerente tais respostas. Com a palavra a Conselheira Ceci Penteado falou que em termos de políticas públicas foram realizadas oito pré-conferências pela Secretaria Municipal de Saúde e do CMDCA somente a Presidente Cíntia esteve presente. Que como exemplo, no bairro do Massaguaçu estiveram presentes somente nove usuários e não saiu nenhuma solicitação sobre o CAPS AD. Que neste caso a pergunta que fica é: como desejamos que tenha políticas públicas para saúde se não há participação da população? Que se não há participação, não há o que cobrar. Que outro exemplo é a UBS do bairro do Tinga que atende trinta e oito mil usuários e na pré-conferência haviam apenas sete usuários presentes. Que a conferência mais produtiva foi a do bairro do Getuba. A Conselheira Gisele Freitas pediu a palavra para dizer quanto ao questionário do CMDCA e assumiu a falha da instituição que representa no que tange à compilação dos dados e envio para o Conselho e sugeriu que a compilação e envio seja anual, de forma que faça parte da rotina de planejamento e das medidas anuais que a instituição tem que apresentar.

Que a participação popular se constrói de baixo para cima e que historicamente o litoral norte não tem tradição de participações populares. Disse ainda que o movimento da cultura precisa mudar e que as estruturas de poder se utilizam disso. A Conselheira Adriene disse que já tornou o questionário para o CMDCA uma prioridade e vem trabalhando na instituição que representa para que o levantamento dos números sejam os mais fiéis possível e isso contribua para mudança no olhar dentro da mesma a respeito desse assunto. Retomando a palavra a Sra. Cíntia disse sobre o documento de resposta do questionário recebido pelo CMDCA vindo da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo e o quão desrespeitoso foi o mesmo. Disse a Presidente que oficiará a referida Diretoria sobre isso. A Conselheira Luciane Dias falou sobre as pessoas mais politizadas que participam das ações populares, bem como dos que menos favorecidos que são os que mais usam o sistema e acabam não participando destas ações. A Conselheira Ceci Penteado fez nova contribuição ao assunto e a convidada Paula Fernandes Pereira disse que foram setecentos e quarenta casos de evasão escolar entre os bairros da Tabatinga e região central da cidade, no ano de dois mil e vinte e dois. A Presidente colocou em votação a reiteração de solicitação à Diretoria de Ensino para resposta correta do questionário do CMDCA ao que foi aprovado por unanimidade tendo como prazo de resposta três dias. Dando sequência a Presidente passou para **o quarto assunto** que trata de **documento recebido do Ministério Público a respeito do Projeto Itaú Social.** A Sra. Cíntia disse que o presente assunto em pauta fica inviável de ser tratado haja vista que não se encontra presente a Conselheira Terezinha Marciano, representante da Entidade Zambô de Caraguatatuba e idealizadora do projeto que receberá o recurso do Itaú Social. Que o assunto ficará para próxima reunião. O **quinto assunto da pauta** versa sobre as **Demandas do Conselho Tutelar.** A Sra. Cíntia disse ao Colegiado que estão presentes como suas convidas as Conselheiras Tutelares Paula Pereira e Paula Vanessa justamente para trazer ao conhecimento do Colegiado as principais demandas do C. T. Em seguida, passou a palavra para Conselheira Tutelar Paula Vanessa que iniciou sua fala pedindo o apoio deste Colegiado e pontuando sobre a deficiência na parte administrativa do C. T., haja vista o déficit de servidor administrativo para a recepção do Conselho Tutelar da Região Centro. Que devido à ausência de servidores a servidora administrativa acaba por não fazer o seu papel devido à sobrecarga de trabalho. Que muitas vezes as Conselheiras Tutelares tem que fazer os serviços de recepção, protocolo, atendimento de telefones e com isso acabam por deixar de atender os casos em andamento ou as pessoas que procuram o C. T. pessoalmente. Que a SEDESC já foi oficiada há bastante tempo, o setor de Recursos Humanos tem ciência da situação e acrescentou que o Estagiário que trabalha no local também está com seu contrato em vias de encerrar e a Secretaria também já foi comunicada. Que foi solicitado a substituição do Estagiário que está com o contrato vencendo e se possível mais um Estagiário para colaborar no andamento dos trabalhos e revezamento. Com a palavra a Conselheira Paula Pereira falou do fato ocorrido no dia anterior onde uma situação desagradável ocorreu, pois tiveram que fechar o portão da unidade do C. T. da Região Centro para que não houvesse atendimento ao público e assim pudessem dar conta dos atendimentos telefônicos. Que fotografou e encaminhou para conhecimento, pois teve que colocar um papel no portão dizendo que só haveria atendimento por telefone. Que isso ocorreu porque o vigia e o servidor do administrativo precisavam almoçar e não haviam ninguém para ficar na recepção. Que havia um pai de uma criança que precisou ficar esperando horas para ser atendido. Ainda com a palavra a Conselheira Tutelar falou sobre o uso do veículo oficial do C. T. para outras finalidades, por exemplo, entrega de cestas básicas. Que compreende a situação das chuvas onde todos se esforçaram para ajudar, mas o fato já vem acontecendo há tempos. Que também acontece do motorista que atende o C. T., Sr. Luciano, ser escalado para

viagem e não colocarem outro motorista. Que o chefe do setor de transportes da SEDESC, Sr. Augusto, resolve quando acontecem esses casos, mas há demora-se muito. Que o problema não é a escala do motorista para viagem, mas o fato de não deixar outro motorista escalado para atender o C. T. Centro. Disse ainda que há um ano esse problema persiste e as viagens não são comunicadas com antecedência ao C. T. A Conselheira Iara mencionou sobre as dificuldades que vem tendo com o transporte cedido pela Secretaria da Educação que é quem atende o Abrigo e disse que não há motoristas para retirar as crianças da escola e o problema se agrava no final da tarde. Que o motorista que atende o Abrigo está tendo que fazer aquilo que deveria ser feito pelo motorista da Secretaria de Educação e isso acontece por falta de profissionais. Com a palavra a Conselheira Maria Tereza disse que houve um assalto na Secretaria de Educação, foram roubados dezessete computadores do setor de transporte e o atual problema é a falta de recursos humanos para este setor. A Conselheira Roberta desejou saber se a situação de falta de motorista para o Abrigo já foi levada ao conhecimento da Secretária de Educação ao que a Sra. Iara disse que não, pois sempre foi resolvido com o setor de transportes da Secretaria. Retomou a palavra a Conselheira Tutelar Paula Pereira para dizer que o problema nesta questão do veículo é com a sede do C. T. Centro, haja vista que no C. T. Sul há um motorista fixo. Que quando o motorista está em viagem, o carro não fica na sede do C. T., bem como não sabe informar onde o veículo fica e quando vão levar cestas básicas o motorista não conta de onde são as mesmas. Que os dois carros têm nota fiscal e destinação para o C. T e ambas as notas estão em arquivo no C. T. Também disse a C. T. que o Ministério Público notificou o Conselho Tutelar por conta da sede. Que já foram encaminhadas três respostas para o MP e na última enviamos fotos ao Promotor de Justiça e depois deste fato, tudo o que o C. T. solicita à Secretaria SEDESC encontra resistência para ser atendido. Que chegou a pedir um computador a mais e em resposta, um Diretor da SEDESC disse a esta Conselheira Tutelar que fizesse o pedido ao Ministério Público. Que tudo o que é pedido à SEDESC recebemos resposta para pedir ao MP, quando na verdade não há denúncia do Conselho Tutelar Centro sobre isso ao Promotor de Justiça. A C. T. Paula Vanessa disse que o Promotor Dr. Valério pediu informações atualizadas sobre a estrutura da sede do C. T. da Região Centro. Que desde dois mil e dezenove há um inquérito civil em aberto e o que esta Conselheira Tutelar fez foi apenas responder ao pedido de informações atuais sobre a sede. Que deseja deixar registrado para este CMDCA que todas as vezes que precisaram do C. T. as portas estavam abertas a este Colegiado. Que o C. T. sempre foi parceiro em diversas situações, mas como se está complicando cada vez mais, logo poderemos ter todos os Conselheiros Tutelares no MP, pois estamos respondendo por improbidade administrativa devido a prazos e situações de falta de um operacional descente. Que a questão da improbidade está sendo assinada pelo Dr. Renato. Que o C. T. Centro precisa de mais um administrativo pois a Sra. Lígia não dará conta sozinha de atender telefone, protocolar documentos, apresentar estatísticas, arquivar documentos, fazer triagem de documentos, entre outras coisas. Que outra questão é a casa onde deverá mudar a sede do C. T. Centro. Que sempre é dito que a casa está sendo alugada, que será maior, que está em reforma, que será próximo ao UAMI e até nos levaram para ver a casa, mas enquanto isso, o Conselho Tutelar Sul já realizou mudança duas vezes. Que a sala de atendimento desta Conselheira não tem janela, que todos os ventiladores estão quebrados e o único que funciona está com um barulho insuportável. Que com isso é obrigada a atender as pessoas com a porta aberta. A Conselheira Paula Vanessa disse que foi solicitada a troca das portas, que ficar com a porta aberta inibe a pessoa que está falando pois passam no corredor diversas pessoas e como os assuntos são sigilosos, acabam por atrapalhar o atendimento devido ao constrangimento. Que uma pessoa mais esclarecida,

acompanhada de um advogado perceberá o constrangimento pelo qual tem que passar dentro da sede do C. T. Centro por não poder ser ouvido com a porta fechada. Retomando a palavra a Conselheira Paula Pereira resumiu dizendo que são três as principais demandas que apresenta a este CMDCA, sendo elas: o veículo oficial com motorista, a situação de falta de recursos humanos e a sede do C. T. Centro. A Presidente Cíntia Alves retomou a palavra e disse ao Colegiado que se trata de situação da competência do CMDCA e que precisará chamar a SEDESC para uma conversa e entender o que está de fato acontecendo. Que se pode dialogar de imediato ou oficiar a Secretaria de Desenvolvimento Social. A Conselheira Gisele disse que o que lhe causa mais estranheza é a questão do administrativo e estagiário, ao que a Conselheira Tutelar Paula Vanessa respondeu que a questão do estagiário se arrasta desde outubro do ano passado, quando comunicaram que o estágio terminava em dezembro. A C. T. Paula Pereira acrescentou dizendo que antes de sair de férias em dezembro ligou para o departamento de recursos humanos da SEDESC e falou do com a Sra. Rita sobre o problema da falta de servidor e estagiário. Que recebeu como resposta que estava para ser aberto o processo seletivo de estagiários. A Conselheira Maia Bisan sugeriu de oficiar a SEDESC. A C. T. Paula Vanessa disse que ficou de enviar um e-mail para o departamento de recursos humanos da SEDESC informando sobre as Conselheiras Tutelares não poderem continuar ficando com o atendimento de telefone e recepção da sede. Que ainda não enviou o e-mail porque veio para esta reunião. A Sra. Cíntia retomou a palavra e colocado o assunto em votação foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros que seja encaminhado ofício para SEDESC para buscar resolver a situação. A Presidente do CMDCA disse aos Membros presentes que a pauta que trata do Processo de Eleição do Conselho Tutelar não será tratada nesta reunião devido ao tempo, mas que cobrou a SEDESC sobre a contratação da empresa que vai aplicar as provas. Mas, como a mesma ainda não foi definida, não podemos soltar o Edital de Convocação. Que o nosso Cronograma de datas para eleição está atrasado. O Secretário Executivo lembrou que a SEDESC já foi oficiada e respondeu ao CMDCA sobre o andamento do processo de compras informando que foi aberto um processo administrativo cujo número é 6688/2023 e no dia sete de março foi encaminhado ao gabinete do prefeito para assinatura da dispensa de licitação. O Sr. Luiz Gustavo lembrou também que a Minuta do Edital de Convocação precisa passar por este Colegiado para que possa ser publicado em Diário Oficial. A Conselheira Paula Fernandes Pereira solicitou que seja constato também que a Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo no município de Caraguatatuba não tem respondido aos documentos encaminhados pelo Conselho Tutelar. A Presidente Cíntia disse que vai reiterar aos órgãos que ainda não responderam sobre o questionário do CMDCA, bem como enviará ofício para Diretoria de Ensino. A Sra. Cíntia Aparecida Fernandes Alves agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo lavro a presente Ata registrada sob o número 014 que vai por mim e pelos Conselheiros presentes assinada.

Cíntia Aparecida Fernandes Alves
Presidente

Ceci Oliveira Penteado
1ª Secretária

Maia Soares Bisan
Membro

Adriene Norma Viviani Oliveira
Membro

Adriano Cruz
Membro

Aline Rodrigues Alves Ciaca
Membro

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 014 DO CMDCA
GESTÃO 2022 A 2024

José do Carmo Salles Junior
Membro

Iara Freire da Costa
Membro

Uriel Alexandre Bonafé
Membro

Maria Tereza Daniel Santo Alves Araújo
Membro

Roberta Maria Bernardini de Castro
Membro

Gisele Cristiane de Freitas
Membro

Dorly de Oliveira Filho
Membro

Luciane de Fátima D. da Silva
Membro

Gilson de Souza Cassiano
Membro

Fernanda Barretos dos Santos
Membro

Rúbia de Freitas Silveira Duhau
Membro

Mário Vinícius A. Vitório
Membro

Luiz Gustavo do Prado
Secretário Executivo